



MATERNIDADES (IM) POSSÍVEIS NA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE FAMÍLIAS E CRECHE

(Im)Possible maternities in relation to early childhood education: an exploratory analysis of academic research on families and daycare

Suzana MARCOLINO

Setor de Educação Infantil
Centro de Educação
Universidade Federal de Alagoas
Maceió, Brasil

suzana.marcolino@cedu.ufal.br

<https://orcid.org/0000-0002-6757-2375> 

Ana Sara Amorim da SILVA

Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação
Maceió, Brasil

saraamorim2504@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7099-0466> 

Islene Marcelino NASCIMENTO

Secretaria Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de São Luiz do Quitunde
Maceió, Brasil

isleneufal@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-2566-4755> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Este artigo analisa, de modo exploratório, a produção acadêmica sobre a relação entre as famílias e a Educação Infantil, a partir de um mapeamento anterior de trabalhos do GT07 da ANPEd, no qual constatamos que, embora os artigos se debruçassem sobre as relações entre as famílias e a Educação Infantil, a maioria das participantes e interlocutoras das pesquisas é composta por mães. Assim, a análise explorou quem comparece como participante das pesquisas, como comparece e quais concepções de creche e de educação infantil emergem nessa relação. Os resultados indicam a recorrência de mães e de outras mulheres como principais interlocutoras; são elas as responsáveis pela matrícula, pela comunicação com a instituição e pelo acompanhamento das crianças. A creche é vista como um espaço viável diante da necessidade do trabalho feminino, ao mesmo tempo em que se considera que as crianças aprendem e se desenvolvem nele. Assim, a produção acadêmica sobre a relação famílias-Educação Infantil apresenta evidências de que essa relação é empiricamente maternalizada, discursivamente universalizada e politicamente atravessada por processos de responsabilização feminina pelo cuidado, pelas relações de gênero, classe e raça.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Maternidade. Famílias. Feminismos.

ABSTRACT

This article analyzes, in an exploratory manner, the academic production on the relationship between families and Early Childhood Education, based on a previous mapping of papers from GT07 of ANPEd, in which we found that, although the articles focused on the relations between families and Early Childhood Education, most research participants and interlocutors were mothers. Thus, the analysis explored who appears as research participants, how they appear, and which conceptions of daycare and early childhood education emerge from this relationship. The results indicate the recurrence of mothers and other women

as the main interlocutors, who are responsible for enrollment, communication with the institution, and monitoring the children, as well as daycare as a viable space given the need for female labor, while considering that children learn and develop in this environment. Therefore, the academic production on the family–Early Childhood Education relationship provides evidence that this relationship is empirically maternalized, discursively universalized, and politically crossed by processes of female accountability for care, socially situated in gender, class, and race relations.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Motherhood. Families. Feminisms.

INTRODUÇÃO

A relação entre as famílias e a Educação Infantil constitui uma preocupação recorrente no campo, especialmente em estudos que abordam o acolhimento de bebês na creche, a participação familiar e os sentidos atribuídos ao cuidado e à educação das crianças, como mostra a revisão da literatura realizada por Blenda Luize Chor Rodrigues e Maria Comes Muanis (2020).

No âmbito de uma pesquisa realizada entre 2024 e 2025, desenvolveu-se um levantamento da produção acadêmica sobre essa temática, com base na análise de artigos completos publicados nos anais do GT07 – Educação da Criança de Zero a Seis Anos – da ANPEd. Ao todo, foram examinados 307 artigos publicados entre 2000 e 2023, dos quais 11 tratavam diretamente da relação entre famílias e a Educação Infantil. É desse conjunto que emerge o problema abordado neste artigo.

No decorrer das leituras, uma recorrência chamou a atenção. Mesmo quando os estudos se referiam às “famílias” — e, em alguns casos, aos “pais” —, eram as mães que apareciam com maior frequência como principais respondentes ou interlocutoras das pesquisas. Eram elas que relatavam os motivos da matrícula (Moro, 2004; Martins, 2011), descreviam os sentimentos envolvidos no acolhimento da criança na creche (Bhering; Sarkis, 2007), acompanhavam o desenvolvimento infantil (Casanova *et al.*, 2011; Araújo, 2009, Martins, 2009), avaliavam a instituição, explicitavam dificuldades cotidianas e narravam os arranjos construídos para articular cuidado, trabalho e proteção (Araújo; Taquini; Auer, 2021; Martins, 2011). Ainda que a maternidade não constituísse o foco das investigações, os resultados evidenciaram uma forte participação das mães na relação famílias-Educação Infantil.

A recorrência dessa presença materna nas pesquisas tornou-se ainda mais significativa ao se observar que, em parte dos estudos, essas interlocutoras são mulheres negras e trabalhadoras da cidade e do campo. À luz de Bila Sorj (2013), pode-se afirmar que a responsabilidade de cuidar e sustentar o cotidiano das crianças não se distribui de forma homogênea no interior das famílias; nas pesquisas analisadas, ela se concentra, sobretudo, em mulheres situadas em contextos de desigualdades de gênero,

raça e classe. É a partir dessas observações que se formulou, como hipótese inicial, que a relação entre famílias e Educação Infantil se apresenta, na produção analisada, de forma maternalizada e é atravessada por marcadores sociais de diferença.

Maria Liliane Gomes dos Santos, Valeska Zanella e Carla Antloga (2025) debatem que, na feminilização do cuidado nas sociedades ocidentais, a maternidade passa a funcionar como fundamento de uma responsabilização social das mulheres pelo cuidado e pela sustentação cotidiana da vida, embora cuidar constitua uma prática social que pode ser partilhada e exercida por diferentes sujeitos, e não apenas por quem gera.

A feminista francesa Elisabeth Badinter (1985), ao historicizar o amor maternal, evidencia que a dedicação aos filhos foi elevada à condição de ideal feminino, ao mesmo tempo em que os homens se mantiveram desobrigados do cuidado cotidiano: as mulheres cuidam no espaço privado e os homens vivem a vida pública.

Entretanto, o cuidado não constitui uma dimensão secundária da vida social, mas um dos eixos de (re)produção das desigualdades. Segundo Flávia Biroli (2015, 2016), sua distribuição desigual limita o tempo, a autonomia e as possibilidades de participação social e política das mulheres. Visto como atribuição feminina e não como responsabilidade coletiva, sustentada por políticas públicas e por relações mais igualitárias entre homens e mulheres, o cuidado segue sendo tratado como um problema privado, a ser resolvido no interior das famílias.

A presença majoritária das mães na mediação com a creche, portanto, não é expressão de proximidade afetiva com os filhos, mas sim a persistência de um arranjo social que privatiza o cuidado e o concentra sobre as mulheres.

Essa concentração não é aleatória. Ela se inscreve em uma organização social, marcada pela divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza as atividades de homens e mulheres, conferindo a estas a responsabilidade principal pelo trabalho reprodutivo e pelo cuidado. Helena Hirata e Danièle Kergoat (2007) mostram que essa divisão não se limita ao espaço doméstico, mas estrutura a própria vida social ao definir quem se ocupa da produção e quem sustenta a reprodução cotidiana da existência.

Para Heleieth Saffioti (2013), a concentração do cuidado nas mulheres é estrutural, articulada à ordem patriarcal e às formas de dominação e exploração que organizam a sociedade capitalista. Desse ponto de vista, não surpreende que, mesmo quando os textos se referem genericamente às “famílias”, sejam as mulheres que compareçam à relação com a educação infantil.

A centralidade das mães na relação com a Educação Infantil também precisa ser compreendida à luz das desigualdades de raça e classe que atravessam a distribuição

social do cuidado. Flavia Rios e Stefan Klein (2022) retomam Lélia Gonzalez para explicar que raça, gênero e classe não operam de forma isolada, mas se articulam na produção das hierarquias sociais e do trabalho. Assim, a responsabilização pelo cuidado recai de forma mais intensa sobre aquelas historicamente situadas nos lugares mais desiguais da reprodução social.

Sueli Carneiro (2003) debate que a experiência das mulheres negras não se inscreve apenas na história geral da subordinação feminina, mas também em uma trajetória específica de expropriação colonial do corpo, marcada pela violência sexual, pela exploração do trabalho e pela persistência de desigualdades nas relações sociais. Nesse sentido, a responsabilização pelo cuidado não recai sobre um sujeito feminino abstrato, mas se distribui de forma racializada, incidindo com maior intensidade sobre mulheres trabalhadoras e negras, historicamente situadas nos lugares mais precarizados da reprodução social.

Assim, a maternalização dessa relação vai além da naturalização do cuidado pela maternidade, mas também como efeito da privatização do cuidado em uma sociedade marcada por profundas desigualdades de gênero, raça e classe. Sendo assim, em uma agenda feminista, segundo Bila Sorj (2013), o cuidado precisa ser compreendido na articulação entre família, trabalho, políticas sociais e instituições educativas.

Nessa direção, é especialmente importante afirmar que a crítica feminista à responsabilização exclusiva das mães não pode dissociar-se da defesa dos direitos das crianças. Ao contrário, é justamente ao reconhecer o cuidado como responsabilidade social, pública e compartilhada que se torna possível afirmar, simultaneamente, o direito das mulheres à não sobrecarga e o direito das crianças à educação e ao cuidado em espaços coletivos de qualidade. A articulação entre feminismo e infância, nesse sentido, funda-se na compreensão de que a garantia dos direitos das crianças e o enfrentamento das desigualdades que recaem sobre as mulheres integram uma mesma disputa em torno da sustentação social da vida. Isso porque a proximidade concreta entre mulheres e crianças faz com que estas últimas também sejam afetadas pelas desigualdades enfrentadas por suas mães e por outras mulheres de referência. Em muitos casos, as crianças experimentam os efeitos da sobrecarga feminina não apenas como dependentes de cuidados fragilizados, mas também porque passam, elas próprias, a participar de arranjos cotidianos de cuidado, assumindo responsabilidades com irmãos mais novos, primos ou outras crianças da família.

Assim, buscando apoio nessas leituras, consideramos possível a hipótese de que a relação entre famílias e Educação Infantil se apresenta, na produção acadêmica

analisada, de forma maternalizada, em estreita articulação com desigualdades de classe e raça. Nessa direção, exploramos os estudos sobre a temática com o objetivo de identificar pistas interpretativas que permitam compreender com maior profundidade os sentidos dessa centralidade materna.

O artigo está organizado da seguinte forma: após essa introdução, apresenta-se o conjunto de onze textos e justificam-se os procedimentos adotados na análise exploratória; em seguida, discutem-se os resultados em três eixos de análise. No primeiro, intitulado “Quando a pesquisa diz família, mas quem aparece são as mães”, analisa-se o descompasso entre as categorias mobilizadas pelos estudos e os participantes que efetivamente comparecem às pesquisas. No segundo, examinam-se as formas de maternalização da relação com a Educação Infantil. No terceiro, discutem-se os nexos entre a maternalização, o trabalho e o cuidado.

O CONJUNTO DOS ONZE TEXTOS E A ESCOLHA POR UMA ANÁLISE EXPLORATÓRIA

O presente artigo apresenta uma etapa de aprofundamento da pesquisa anterior, na qual os onze textos já identificados são retomados, desta vez para analisar a hipótese de a relação famílias-educação infantil emergir como maternalizada na produção sobre o tema no GT-07.

Para esta nova etapa da pesquisa, os onze textos foram relidos com atenção a quatro aspectos principais: quem aparecia como participante das pesquisas; de que modo as mães compareciam nos estudos; quais atribuições de cuidado lhes eram dirigidas; e que concepções de creche emergiam nos artigos a partir da relação famílias-educação infantil. Com base nessa releitura, foram organizados os eixos analíticos do artigo, de modo a compreender não apenas a recorrência das mães nas pesquisas, mas os sentidos dessa centralidade na produção acadêmica analisada.

O Quadro 1 apresenta os onze artigos que compõem esta análise exploratória, com autoria, ano, objetivo, título e participantes.

Quadro 1 – Artigos que compõem o conjunto da análise exploratória

AUTORIA	TÍTULO	OBJETIVO DE ESTUDO	PARTICIPANTES
Moro, Catarina de Souza (2004)	<i>As concepções sobre o sistema público de educação infantil de mães que utilizam e</i>	Compreender as concepções de mães usuárias e não usuárias de creche sobre o sistema	30 mães: 15 usuárias e 15 não usuárias de creche

	<i>que não utilizam creches</i>	público de Educação Infantil e sobre a função da creche	
Campos, Rosânia; Campos, Roselane F. (2006)	<i>A educação das famílias como política educacional: uma análise do Programa Família Brasileira Fortalecida</i>	Analisar o Programa Família Brasileira Fortalecida, com atenção às concepções presentes nos materiais destinados à educação das famílias no cuidado de seus filhos	Pesquisa documental; não há participantes empíricos
Tancredi, Regina Maria Simões Puccinelli; Reali, Aline Maria de Medeiros Rodrigues (2001)	<i>Visões de professores sobre as famílias de seus alunos: um estudo na área da educação infantil</i>	Apresentar resultados de pesquisa-intervenção voltada a compreender, pela ótica dos professores, suas concepções sobre as famílias dos alunos e subsidiar estratégias de aproximação escola-famílias	17 professores da escola
Bhering, Eliana; Sarkis, Alessandra (2007)	<i>A inserção de crianças na creche: um estudo sobre a perspectiva dos pais</i>	Investigar a inserção de crianças na creche a partir da perspectiva dos pais, com atenção às vivências da separação e à relação família-creche	8 participantes: 6 mães, 1 pai e 1 casal
Araújo, Denise Silva (2009)	<i>Infância: sentidos e significados atribuídos por familiares e educadoras de creche</i>	Analisar os sentidos e significados de infância atribuídos por familiares e educadoras de uma creche filantrópica	9 familiares: 7 mães, 1 pai e 1 avó; além de 5 educadoras
Martins, Rosimari Koch (2009)	<i>As experiências educativas de crianças menores de quatro anos, do meio rural.</i>	Desvelar quais experiências educativas são vivenciadas por crianças de zero a quatro anos no âmbito familiar e social de uma localidade rural.	Famílias com crianças de 0 a 4 anos em contextos rurais.
Martins, Rosimari Koch (2011)	Expectativas das famílias do meio rural em relação à educação pública para os filhos menores de quatro anos.	Desvelar as expectativas das famílias do meio rural em relação aos serviços de educação pública gratuita para seus filhos menores de quatro anos	Famílias com crianças de 0 a 4 anos em contextos rurais.
Casanova, Leticia Veiga et al. (2001)	<i>O que as crianças pequenas fazem na creche? As famílias respondem</i>	Escutar as famílias de crianças de berçário para compreender os sentidos atribuídos por elas às	11 famílias; entrevistas realizadas sobretudo com mães e, em 2 casos, com irmãs mais velhas

		atividades realizadas na creche	
Araújo, Vania de; Carvalho de; TAQUINI, Rennati; AUER, Franceila (2021)	<i>Caracterização e motivação das famílias sobre a educação infantil em tempo integral no contexto da Região Metropolitana da Grande Vitória</i>	Caracterizar o perfil étnico e socioeconômico das famílias, identificar as motivações da matrícula no tempo integral e analisar os fatores sociais, econômicos e educacionais mais recorrentes nas respostas	248 famílias; 70,56% dos respondentes eram mães
Vieira, Maria Nilceia de Andrade (2021)	<i>Participação das famílias na avaliação institucional na educação infantil: tensões, desafios e perspectivas</i>	Problematizar a participação das famílias na avaliação institucional de um Centro Municipal de Educação Infantil, na perspectiva do PME e das ações da instituição	Professoras e trabalhadoras da instituição; participação das famílias analisada por meio de questionário, documentos e registros
Silva, Maria Beatriz de Oliveira Vasconcelos; Viera, Livia Fraga (2021)	<i>Obrigatoriedade escolar na pré-escola: percepção de famílias e profissionais da educação</i>	Apresentar as percepções de familiares e profissionais da educação sobre a obrigatoriedade escolar na pré-escola	Familiares e profissionais da educação em três EMEIs

Fonte: Produção das autoras (2026)

A análise foi organizada em três eixos. O primeiro, “quando a pesquisa diz família, mas quem aparece são as mães”, discute o descompasso entre as categorias mobilizadas pelos textos e os participantes que efetivamente comparecem nas investigações. O segundo, “formas de maternalização da relação com a Educação Infantil”, focaliza os modos pelos quais as mães aparecem como responsáveis pela matrícula, pelo acolhimento, pela comunicação com a instituição, pela avaliação do serviço e pelo acompanhamento das crianças. O terceiro, “maternalização, trabalho e cuidado”, busca compreender como essa centralidade materna se articula às desigualdades de gênero, raça e classe, bem como às condições materiais e institucionais que sustentam a privatização do cuidado.

Desse modo, o percurso metodológico adotado permitiu partir de uma percepção, mais geral, da presença das mães nas pesquisas, para problematizar os sentidos sociais e políticos dessa presença, tomando a maternalização da relação entre famílias e Educação Infantil como hipótese a ser explorada no interior da produção acadêmica selecionada.

QUANDO A PESQUISA DIZ FAMÍLIA, MAS QUEM APARECE SÃO AS MÃES

Um primeiro movimento importante da análise consistiu em observar o descompasso entre as categorias empregadas pelos estudos e os participantes que efetivamente comparecem às pesquisas. Sabemos que, em termos do discurso, “famílias” podem ser lidas como um conceito mais inclusivo, que não deposita toda a responsabilidade de cuidado nas mães, termo adotado nos textos das políticas educacionais para a educação infantil. Ao usá-lo no plural, também se reconhece a pluralidade dos arranjos familiares e se evita tomar como norma um único modelo de família.

No entanto, quando essa ampliação não é acompanhada da problematização das desigualdades de gênero, raça e classe, a categoria “famílias” tende a operar como universalizante, produzindo um efeito de neutralidade que obscurece quem, de fato, sustenta a relação cotidiana com a instituição. É nesse sentido que se afirma, neste artigo, que a relação famílias-Educação Infantil aparece, ao mesmo tempo, empiricamente maternalizada e discursivamente universalizada.

A pesquisa de Moro (2004) é a única que explicita, de forma direta, essa centralidade materna. Realizada com 30 mães, usuárias e não usuárias de creche, suas falas servem de base para discutir os motivos da matrícula, a função da creche, o conhecimento sobre o planejamento e a opinião sobre o atendimento oferecido. Nesse caso, a maternalização da relação com a Educação Infantil não se dilui em categorias mais amplas, como “famílias” ou “pais”, mas aparece de forma explícita, uma vez que são as mães que são tomadas como principais interlocutoras para compreender a relação com a creche.

Já em Martins (2011), foram aplicados 50 questionários, dos quais 46 foram respondidos por famílias do campo; não é possível identificar quem respondeu aos questionários no interior das famílias, mas a análise deixa claro que a mãe ocupa lugar central na organização do cuidado cotidiano, enquanto a rede de parentesco, principalmente as avós, aparece como apoio, e não como substituição plena, dessa responsabilidade.

Na pesquisa de Araújo (2009) “Infância: sentidos e significados atribuídos por familiares e educadoras de creche”, entre os nove familiares entrevistados, sete são mães, um é pai e uma é avó, o que confere às mães e às outras mulheres da família uma forte presença empírica e narrativa na produção de sentidos sobre a infância. No trabalho de Casanova *et al.* (2011), embora o estudo se apresente como escuta das

“famílias”, a autora registra que, após agendar entrevistas com onze famílias, acabou sendo recebida pelas mães e, em dois casos, por irmãs mais velhas. O objetivo da pesquisa é escutar as famílias para compreender os sentidos atribuídos ao que lhes é proposto nas creches. O artigo mostra-se particularmente importante porque evidencia que a relação com a creche é vivida, fundamentalmente, pelas mães, seja nas conversas de entrada e saída, seja na interpretação do brincar, do sono, da higiene e das aprendizagens das crianças.

Na pesquisa de Bhering e Sarkis (2007), o descompasso entre o termo empregado e os participantes torna-se ainda mais evidente. O estudo apresenta-se como uma investigação sobre a perspectiva dos “pais” e tem como objetivo compreender a visão sobre a Educação Infantil e os sentimentos vividos no processo de acolhimento dos filhos na creche. No entanto, dos participantes, seis eram mães, um era pai e um casal participou conjuntamente. Mais uma vez, a experiência é enunciada em termos genéricos, mas os resultados da pesquisa mostram que a vivência do acolhimento na creche, com seus sentimentos de culpa, medo, confiança e insegurança, é fortemente atravessada pela presença materna. Nesse caso, “pais” opera como categoria genérica, mas não neutra, pois recobre uma experiência que, concretamente, se mostra majoritariamente feminina.

Há ainda trabalhos em que a categoria “famílias” encobre uma centralidade materna igualmente forte. É o caso de Araújo, Taquini e Auer (2021), em que o artigo emprega o termo “famílias” para caracterizar o perfil étnico e socioeconômico dos entrevistados, identificar as motivações da matrícula no tempo integral e analisar os fatores mais recorrentes nas respostas: 70,56% dos respondentes eram mães, trabalhadoras, e a maioria das famílias era negra. Assim, embora o texto fale em “famílias”, a relação com a instituição é concretamente sustentada, sobretudo pelas mães trabalhadoras e negras. A categoria mais ampla, nesse caso, produz um efeito de generalização que pode atenuar a visibilidade dessa centralidade materna, de classe e raça.

Já quando o foco da pesquisa se desloca do cuidado cotidiano para a participação institucional ou para a política educacional, a figura das mães tende a se diluir. Em Vieira (2021), o objetivo é problematizar a participação das famílias na avaliação institucional de um Centro Municipal de Educação Infantil, tomando como base questionários, documentos e narrativas de professoras e trabalhadoras. Nesse contexto, a categoria “famílias” aparece mais como sujeito coletivo da participação. Algo semelhante ocorre em Silva e Vieira (2021), em que o foco recai sobre a percepção

de familiares e profissionais acerca da obrigatoriedade escolar na pré-escola. Nesses textos, a família aparece menos como agente do cuidado e mais como sujeito político-institucional, o que torna mais abstrata a presença das mães e reforça o efeito universalizante da categoria.

Ao falar em “famílias”, “pais” ou “familiares” sem interrogar os atravessamentos internos a essas categorias, parte da produção acadêmica acaba por apresentar, como coletivo e indiferenciado, um vínculo que, na prática, se sustenta sobretudo na ação de mães e de outras mulheres. Quando o eixo da pesquisa se aproxima do cuidado, da creche, do acolhimento da criança, da rotina institucional e do desenvolvimento infantil, a figura concreta das mães torna-se mais visível. Quando o foco se desloca para a participação institucional, a avaliação ou a política educacional, essa presença tende a ser recoberta por categorias mais gerais. É justamente nesse movimento que se torna possível sustentar a formulação segundo a qual a relação famílias–Educação Infantil é concretamente maternalizada e discursivamente universalizada.

FORMAS DE MATERNALIZAÇÃO DA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO INFANTIL

Se, no eixo anterior, a análise mostrou que a presença das mães se evidencia no descompasso entre as categorias empregadas pelos estudos e os participantes que efetivamente comparecem às pesquisas, importa agora compreender como essa maternalização se concretiza.

O conjunto de artigos permite observar que a centralidade materna não se expressa apenas na frequência com que as mães aparecem nas investigações, mas também nas diferentes responsabilidades que surgem ou lhes são atribuídas na relação com a instituição. Essas responsabilidades assumem formas práticas, afetivas, interpretativas, normativas e institucionais.

Uma primeira forma dessa maternalização aparece na decisão de matricular a criança. Em Moro (2004), a entrada ou não na creche é organizada a partir das condições concretas de vida das mulheres: necessidade de começar a trabalhar, ausência de rede de apoio, impossibilidade da avó permanecer com a criança, desejo de acompanhar o crescimento dos filhos, necessidade de trabalhar em casa ou impossibilidade de conseguir vaga. A matrícula não aparece, assim, como decisão indiferenciada da família, mas como tarefa situada no cotidiano feminino, atravessada por cálculo, avaliação de riscos e organização dos arranjos possíveis de cuidado.

Essa forma de maternalização se prolonga na concepção da creche como apoio ao trabalho e à sustentação da vida cotidiana. Em Casanova *et al.* (2011), segundo as entrevistas, a creche aparece, em primeiro plano, como um lugar onde a criança permanece enquanto a mãe trabalha. Ao mesmo tempo, o texto mostra que também são as mães que observam o desenvolvimento dos filhos, interpretam o que a instituição faz e atribuem valor educativo à experiência vivida pelas crianças. Na pesquisa de Araújo, Taquini e Auer (2021), a centralidade materna se expressa no vínculo cotidiano com a instituição, sustentado por tarefas concretas de deslocamento, gestão do tempo e administração da vida doméstica, articuladas à busca de proteção, segurança e apoio educativo para os filhos.

No acolhimento da criança na creche, a dimensão afetiva da relação ganha relevo (Bhering; Sarkis, 2007). A entrada da criança na instituição mobiliza alegria pela retomada da vida profissional, mas também culpa, medo e insegurança diante da delegação do cuidado e da educação dos filhos a outros/as adultos/as. A mãe surge como aquela que sofre a separação, precisa confiar na instituição, deseja acolhimento para si e para a criança e negocia as condições dessa passagem. A entrada na creche, nesse sentido, não é apenas um procedimento institucional; ela se configura como uma experiência relacional e emocional fortemente concentrada nas mães.

A comunicação cotidiana com a instituição e o trabalho de avaliação da creche também são ações concentradas nas mães. Em Casanova *et al.* (2011), o contato entre creche e famílias concentra-se nos horários de entrada e saída e gira em torno de alimentação, higiene, sono e comportamento, sendo as mães as que recebem, interpretam e reelaboram essas informações. Retomando Moro (2004), os resultados mostram que as mães são quem faz a avaliação da creche, distinguem entre cuidado, educação e convivência com outras crianças, além de formularem opiniões sobre os profissionais, o atendimento e a função do serviço. Em ambos os casos, a relação com a instituição se sustenta por meio de um trabalho contínuo de observação, comparação, confiança e julgamento, centrado nas mães.

Na pesquisa de Martins (2011), ao tratar das expectativas de famílias do meio rural em relação à educação pública para os filhos menores de quatro anos, o texto mostra que a ampliação do compartilhamento entre a família e as instituições públicas convive com a permanência da ideia de que, nos primeiros anos de vida, o cuidado continua sendo responsabilidade sobretudo materna.

Em outro recorte de sua pesquisa de mestrado no artigo "As experiências educativas de crianças menores de quatro anos, do meio rural", Martins (2009)

acrescenta outra dimensão à maternalização do cuidado. Ao analisar as experiências educativas de crianças menores de quatro anos em uma localidade rural, a autora mostra que as mães constituem as principais figuras adultas nas interações voltadas ao desenvolvimento infantil. Embora conciliem, durante o dia, os trabalhos domésticos e da roça com os cuidados das filhas e filhos, são elas que, sobretudo à noite, organizam brincadeiras de faz de conta, contam histórias, desenham e oferecem às crianças experiências relacionadas à leitura e à escrita. A maternalização, nesse caso, abrange também o trabalho de criar condições para que as crianças brinquem, imaginem e aprendam. Essa constatação torna ainda mais visível a amplitude do trabalho educativo realizado pelas mães no espaço doméstico, bem como a sobreposição de responsabilidades que marca suas experiências.

No plano normativo e político, quando a categoria “famílias” é interpelada por discursos que prescrevem modos de cuidar e educar as crianças, as mães são prioritariamente convocadas. Assim, Rosânia Campos e Roselane F. Campos (2006), ao analisarem o Programa Família Brasileira Fortalecida — iniciativa com o intuito de reduzir as disparidades sociais —, indicam que, para tais programas, “as mulheres desempenham papel importante” (Campos; Campos, 2006, p. 1) “na promoção da educabilidade familiar, considerada essencial para o sucesso da criança na escola” (Campos; Campos, 2006, p. 1).

Há, por fim, uma forma institucional e moral de maternalização, visível quando a escola não apenas depende do trabalho das mães, mas também as responsabiliza e o julga. A análise das visões docentes sobre as famílias (Tancredi, Reali, 2001) mostra que a instituição atribui às famílias — e, em algumas falas, explicitamente às mães — a responsabilidade por dificuldades de aprendizagem, de comportamento e de acompanhamento escolar. Nesse caso, a centralidade materna aparece sob a forma de cobrança, julgamento e culpabilização, revelando que a maternalização da relação com a Educação Infantil não implica apenas o reconhecimento de tarefas de cuidado, mas também a exposição das mulheres a expectativas morais e institucionais difíceis de cumprir.

Desse modo, o conjunto dos artigos revela que a maternalização da relação com a Educação Infantil se realiza por múltiplas vias: na decisão pela matrícula, na busca por apoio para o trabalho, na vivência da inserção, na sustentação da comunicação cotidiana com a instituição, na avaliação do serviço, na interpretação do desenvolvimento e da infância e, também, nas formas políticas e institucionais de normatização, responsabilização e julgamento do cuidado dirigidas às famílias. O que

se concentra nas mães não é apenas a presença nas pesquisas, mas um conjunto de funções concretas, afetivas, simbólicas e morais que fazem delas as principais mediadoras entre crianças, famílias e instituições educativas. É nesse sentido que se pode afirmar que a relação é maternalizada: não porque as mães simplesmente aparecem mais, mas porque sobre elas recai, reiteradamente, a responsabilidade de organizar, acompanhar, justificar, significar e responder pela relação com a Educação Infantil.

MATERNALIZAÇÃO, TRABALHO E CUIDADO

A centralidade das mães na relação com a Educação Infantil não pode ser dissociada das condições sociais em que o cuidado se organiza. A partir da presente análise, a creche aparece fortemente associada à necessidade do trabalho feminino e à sustentação cotidiana da vida (Moro, 2004; Casanova *et al.*, 2011; Martins, 2011). Em muitos casos, a matrícula se vincula à impossibilidade de permanecer com a criança durante o horário de trabalho, à ausência de rede de apoio ou à necessidade de conciliar renda, cuidado e proteção (Araújo *et al.*, 2021; Bhering; Sarkis, 2007). Isso não significa, porém, que a instituição seja vista apenas como uma solução prática para deixar as crianças enquanto a mãe trabalha. Os estudos também mostram que as mães reconhecem a instituição como promotora de possibilidades de aprendizagem, convivência, desenvolvimento e ampliação das experiências de bebês e das crianças (Araújo *et al.*, 2021).

Há, portanto, uma tensão importante: a Educação Infantil é buscada, ao mesmo tempo, como apoio à vida das mulheres, mas também, concretamente, vai se constituindo, para elas, como espaço de experiências educativas e de cuidado em contextos coletivos, nos quais as crianças aprendem e se desenvolvem.

Essa tensão é central porque impede leituras simplificadoras e unilaterais. De um lado, não se pode reduzir a creche à mera resposta às exigências do trabalho ou a um arranjo funcional destinado a liberar o tempo das mulheres; ela precisa ser entendida como local de acolhimento das crianças para cuidado e educação. De outro lado, tampouco se pode ignorar que a possibilidade de trabalhar, estudar, circular pela cidade e sustentar a vida cotidiana depende, em grande medida, da existência de instituições públicas de cuidado para as crianças pequenas.

O conjunto de artigos mostra, assim, que a relação com a Educação Infantil se constrói exatamente nesse entrecruzamento entre o direito das mulheres à não

sobrecarga e o direito das crianças ao cuidado e à educação. É por isso que a leitura feminista do cuidado se mostra importante: ela permite compreender que a creche não é apenas um equipamento educacional, mas também parte de uma infraestrutura social que torna a vida possível, especialmente ao olharmos para a vida das mulheres trabalhadoras e de suas crianças.

Nessa direção, é importante retomar a discussão proposta por Sorj (2013), que ajuda a perceber que o cuidado não pode ser tratado como uma questão privada restrita ao interior das famílias, mas deve ser pensado na articulação entre família, trabalho, políticas sociais e instituições educativas.

Quando observadas a partir desse entendimento, as pesquisas evidenciam que a maternalização da relação com a Educação Infantil é inseparável da forma como o cuidado continua sendo privatizado em nossa sociedade. As mulheres continuam sendo as principais responsáveis por organizar a matrícula, o transporte, a adaptação, a comunicação com a instituição e a resposta às suas demandas. Em outras palavras, a Educação Infantil pode aliviar a sobrecarga, mas não rompe, por si só, com a lógica que concentra o cuidado sobre as mães.

É justamente nesse ponto que a Educação Infantil e as políticas públicas precisam ser problematizadas. Em primeiro lugar, se, em tese, a expansão da Educação Infantil pode significar maior corresponsabilidade social pelo cuidado, alguns dos estudos analisados mostram que a instituição nem sempre atua nessa direção.

Em vez de reconhecer o cuidado e a educação como tarefas compartilhadas, parte da instituição ainda se sustenta em expectativas assimétricas, cobrando das famílias — e, de modo mais contundente, das mães — respostas, acompanhamento, disponibilidade e adequação moral. Quando isso ocorre, a instituição deixa de tensionar a privatização do cuidado e passa, ao contrário, a reforçá-la. A mãe é interpelada não apenas como principal cuidadora, mas também como responsável por suprir faltas, compensar dificuldades e corresponder a padrões de cuidado e acompanhamento estabelecidos externamente.

No plano das políticas, verifica-se que, quando programas e documentos se dirigem genericamente às “famílias” e fazem recair sobre o espaço doméstico a responsabilidade de assegurar condições adequadas de desenvolvimento, socialização e aprendizagem, o que se produz é uma forma de universalização abstrata da família que encobre a divisão sexual do trabalho em seu interior.

A questão é que o trabalho de cuidar, pressuposto por ela, não é neutro. Em uma sociedade em que o cuidado permanece feminilizado, a responsabilização das “famílias”

significa, em grande medida, responsabilização das mulheres. Por isso, a crítica à maternalização da relação com a Educação Infantil tem o sentido de interrogar como a escola e as políticas transformam essa presença em obrigação moral, trabalho invisível e responsabilidade privada.

Esse problema torna-se ainda mais agudo quando considerado à luz das desigualdades raciais e de classe. A centralidade das mães na relação com a Educação Infantil não recai sobre um sujeito feminino abstrato, mas sobre mulheres trabalhadoras e negras, situadas em contextos urbanos e rurais marcados pela pobreza, pela falta de políticas públicas e pela fragilidade das redes de apoio.

Nesse sentido, é preciso ter presente que a organização social do cuidado está atravessada por desigualdades de raça e classe. Assim, a maternalização da relação com a Educação Infantil também é racializada e de classe: incide com maior intensidade justamente sobre aquelas mulheres historicamente mais expostas à exploração do trabalho, à expropriação do tempo e à responsabilização pela reprodução da vida.

Tudo isso recoloca a Educação Infantil como importante no debate sobre as políticas de cuidado. A questão não é apenas ampliar vagas ou garantir acesso, embora isso permaneça fundamental. Trata-se de construir políticas que incidam sobre a forma social de distribuição do cuidado, reconhecendo que os direitos das mulheres e os direitos das crianças pequenas não são concorrentes, mas mutuamente implicados. Quando o cuidado permanece privatizado, as mulheres seguem sobrecarregadas e as crianças ficam mais expostas à precariedade dos arranjos possíveis. Quando ele é reconhecido como responsabilidade pública e compartilhada, tornam-se mais viáveis tanto o enfrentamento das desigualdades que recaem sobre as mulheres quanto a garantia às crianças de experiências de educação e cuidado em contextos coletivos e de qualidade.

Desse modo, a análise aqui apresentada permite sustentar que a maternalização da relação entre famílias e Educação Infantil é um problema político. Ela revela que o cuidado segue sendo feminilizado, privatizado e distribuído de forma desigual, mesmo quando mediado por instituições públicas. Discutir essa relação, portanto, implica ir além da constatação da centralidade materna e enfrentar as estruturas que a produzem: a divisão sexual do trabalho, a racialização da reprodução social e a insuficiência de políticas de corresponsabilidade. É nesse horizonte que a crítica feminista da maternalização da relação com a Educação Infantil pode se articular à defesa simultânea dos direitos das mulheres e das crianças.

Do ponto de vista da produção do conhecimento sobre a relação entre famílias e Educação Infantil, é importante que as pesquisas aprofundem o conceito de família utilizado, de modo a não tratá-lo como categoria abstrata e indiferenciada. Isso exige considerar que as famílias são atravessadas por desigualdades sociais, de gênero, raça e classe, que produzem formas distintas de viver o cuidado, a educação das crianças e a relação com as instituições. Nessa direção, torna-se necessário investigar como o cuidado se distribui no interior das famílias, quem assume de forma mais intensa sua organização cotidiana e de que maneira essa responsabilização se articula a processos mais amplos de feminilização e privatização do cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise exploratória dos onze textos permitiu sustentar a hipótese de que a relação entre famílias e Educação Infantil aparece, na produção acadêmica analisada, como maternalizada e atravessada por desigualdades de gênero, raça e classe. Mesmo quando os estudos recorrem a categorias mais amplas, como “famílias”, “pais” ou “familiares”, são sobretudo as mães e outras mulheres que comparecem como principais interlocutoras, responsáveis por matricular, acompanhar, avaliar, interpretar e sustentar a relação cotidiana com a instituição.

Os resultados também mostram que essa centralidade não se restringe à frequência com que as mães aparecem nas pesquisas. Ela se expressa nas tarefas que lhes são atribuídas, nos afetos mobilizados pela inserção das crianças na creche, nas expectativas institucionais dirigidas ao espaço doméstico e nas formas de responsabilização e julgamento que recaem sobre elas. Desse modo, a maternalização da relação com a Educação Infantil não pode ser lida como evidência natural, mas como efeito de uma organização social do cuidado que permanece feminilizada, privatizada e desigualmente distribuída.

Do ponto de vista da produção do conhecimento, isso indica a necessidade de maior atenção ao conceito de família mobilizado pelas pesquisas. Mais do que nomeá-la como categoria ampla e aparentemente neutra, parece fundamental interrogá-la à luz das desigualdades de gênero, raça e classe que atravessam os arranjos familiares e a organização do cuidado. Isso implica perguntar quem são os sujeitos que comparecem às investigações, quais responsabilidades lhes são atribuídas e como essas responsabilidades se distribuem no interior das famílias.

A análise sugere, ainda, que discutir a relação entre famílias e Educação Infantil exige compreender como o cuidado continua concentrado sobre determinadas mulheres, especialmente mães negras e trabalhadoras, em contextos marcados por pobreza, trabalho precário e fragilidade das redes de apoio. Nesse sentido, a Educação Infantil precisa ser pensada não apenas como etapa da educação básica, mas também como parte das políticas de cuidado e das condições concretas de sustentação da vida.

Por fim, este estudo reafirma que a crítica à responsabilização exclusiva das mães não se opõe à defesa dos direitos das crianças pequenas. Ao contrário, evidencia que os direitos das mulheres e os direitos das crianças se articulam em uma mesma disputa pela socialização do cuidado. Espera-se, assim, que as questões aqui levantadas contribuam para aprofundar o debate no campo da Educação Infantil e abrir novas possibilidades de pesquisa sobre famílias, cuidado e desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Denise Silva. Infância: sentidos e significados atribuídos por familiares e educadoras de creche. *In: Reunião anual da ANPEd*, 32., 2009. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2009.

ARAÚJO, Vania Carvalho de; TAQUINI, Rennati; AUER, Franceila. Caracterização e motivação das famílias sobre a educação infantil em tempo integral no contexto da Região Metropolitana da Grande Vitória. *In: Reunião anual da ANPEd*, 40., 2021. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BHERING, Eliana; SARKIS, Alessandra. A inserção de crianças na creche: um estudo sobre a perspectiva dos pais. *In: Reunião anual da ANPEd*, 30., 2007. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2007.

BIROLI, Flávia. Responsabilidades, cuidado e democracia. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 81-117, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/FYNnRDP9FzFYX3hgmNxmv5q/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

CAMPOS, Rosânia; CAMPOS, Roselane F. A educação das famílias como política educacional: uma análise do Programa Família Brasileira Fortalecida. *In: Reunião anual da ANPEd*, 29., 2006. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2006.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003. Disponível em: <https://www.patriciamagno.com.br/wp->

<content/uploads/2021/04/CARNEIRO-2013-Enegrecer-o-feminismo.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2026.

CASANOVA, Letícia Veiga *et al.* O que as crianças pequenas fazem na creche? As famílias respondem. In: **Reunião anual da ANPEd**, 34., 2011. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmdsBWQ/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

MARTINS, Rosimari Koch. **As experiências educativas das crianças menores de quatro anos, do meio rural**. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 32., 2009, Caxambu. *Anais [...]*. Caxambu: ANPEd, 2009. p. 1-13. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt07-5328-int.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2026.

MARTINS, Rosimari Koch. Expectativas das famílias do meio rural em relação à educação pública para os filhos menores de quatro anos. In: **Reunião anual da ANPEd**, 34., 2011. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2011.

MORO, Catarina de Souza. As concepções sobre o sistema público de educação infantil de mães que utilizam e que não utilizam creches. In: **Reunião anual da ANPEd**, 27., 2004. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2004.

RIOS, Flavia; KLEIN, Stefan. Lélia Gonzalez, uma teórica crítica do social. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 37, n. 3, p. 809-837, set./dez. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/BbT6Ln5cx94qLQRvyqhyHL/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

RODRIGUES, Blenda Luize Chor; MUANIS, Maria Comes. A relação família e escola na educação infantil. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 33, p. 73-91, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/37395>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Maria Liliane Gomes dos; ZANELLO, Valeska; ANTLOGA, Carla. Maternidades indígenas nas publicações científicas: uma revisão narrativa referida ao dispositivo materno. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 72, e247204, 2025. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8679010>. Acesso em: 14 abr. 2026.

SILVA, Maria Beatriz de Oliveira Vasconcelos; VIEIRA, Livia Fraga. Obrigatoriedade escolar na pré-escola: percepção de famílias e profissionais da educação. In: **Reunião anual da ANPEd**, 40., 2021. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPEd, 2021.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/N4CfkgXHT8Gtgsr4RvDNhtP/>. Acesso em: 14 abr. 2026.

TANCREDI, Regina Maria Simões Puccinelli; REALI, Aline Maria de Medeiros Rodrigues. Visões de professores sobre as famílias de seus alunos: um estudo na área da educação infantil. In: **Reunião anual da ANPED**, 24., 2001. Anais [...]. Rio de Janeiro: ANPED, 2001.

VIEIRA, Maria Nilceia de Andrade. **Participação das famílias na avaliação institucional na educação infantil: tensões, desafios e perspectivas**. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 2021.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

Maternidades (im)possíveis na relação com a Educação Infantil: uma análise exploratória da produção acadêmica sobre famílias e creche

(Im)Possible Maternities in Relation to Early Childhood Education: An Exploratory Analysis of Academic Research on Families and Daycare

Suzana Marcolino

Doutora

Universidade Federal de Alagoas

Setor de Educação Infantil, Centro de Educação

Maceió, Brasil

suzana.marcolino@cedu.ufal.br

<https://orcid.org/0000-0002-6757-2375>

Ana Sara Amorim da Silva

Graduada em Pedagogia

Mestranda em educação

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação (CEDU)

Maceió, Brasil

saraamorim2504@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0001-7099-0466>

Islene Marcelino Nascimento

Graduada em letras

Secretaria Municipal de Educação de São Luiz do Quitunde

Maceió, Brasil

isleneufal@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-2566-4755>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Centro de Educação – CEDU. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Campus A. C. Simões. Avenida Lourival Melo Mota, s/n Tabuleiro do Martins, Maceió – AL CEP: 57072-970.

AGRADECIMENTOS

Não se aplica.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: S. Marcolino.

Coleta de dados: A. S. A. da Silva, S. Marcolino.

Análise de dados: S. Marcolino, A. S.A. da Silva, I. M. Nascimento

Discussão dos resultados: S. Marcolino, A.S.A da Silva, I.M. Nascimento

Revisão e aprovação: S. Marcolino, A. S.A. da Silva, I. M. Nascimento

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Financiamento do Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal de Alagoas (PIBIC/UFAL) na forma de bolsa de estudos à estudante Ana Sara Amorim da Silva.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Quando a imagem de terceiros no artigo, informar e anexar como documento suplementar o registro da autorização de uso. Foi obtido o consentimento escrito dos participantes. Usar "Não se aplica" quando: as imagens sejam de domínio público, do próprio autor no caso de imagens de prédios em locais públicos, paisagens, etc, exceto quando a pessoa aparecer na foto.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES

Márcia Buss-Simão.

HISTÓRICO

Recebido em: 14-04-2026 – Aprovado em: 05-07-2026 – Publicado 12-10-2026